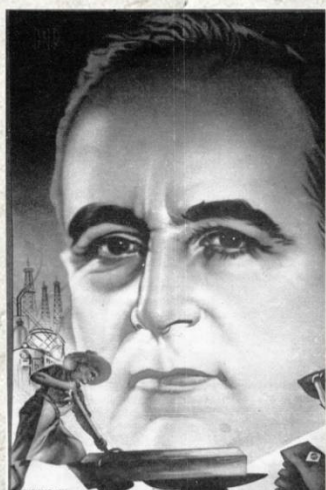


MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL



AS LEIS SOCIAIS COM QUE O ATUAL
POR INICIATIVA PRÓPRIA, TEM PROCURADO
AS CLASSES TRABALHADORAS, DEVEM O
MOTIVO DE ORGULHO PARA OS BRAS



Centro de Memória Sindical

• Fundado em 14 de Junho de 1980 •

MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL - PRIMEIRO CADERNO

2ª edição

Publicado por Centro de Memória Sindical.

Com apoio das entidades:

Federação dos Comerciários do Estado de São Paulo. Presidente Luz Carlos Motta.

Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo. Presidente Eliseu Silva Costa.

Federação dos Químicos do Estado de São Paulo. Presidente Sérgio Luiz Leite.

Força Sindical. Presidente Miguel Torres.

Sindicato Comerciários de São Carlos. Presidente Ademir Lauriberto Ferreira.

Sindicato dos Comerciários de São Paulo. Presidente Ricardo Patah.

Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos. Presidente José Pereira dos Santos.

Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. Presidente Jorge Nazareno.

Sindicato dos Metalúrgicos de Piracicaba. Presidente Wagner da Silveira (Juca).

Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Presidente Miguel Torres.

Sindicato dos Padeiros São Paulo. Presidente Francisco Pereira de Sousa Filho (Chiquinho).

Sindicato dos Telefônicos do Estado de São Paulo. Presidente Almir Munhoz.

Sindicato Trabalhadores na Construção Civil. Presidente Antônio de Sousa Ramalho (Ramalho da Construção).

Sindicato Nacional dos Aposentados. Presidente João Inocentini.

Sindicato Trabalhadores em Hotéis. Presidente Francisco Calasans Lacerda.

Sindicato Trabalhadores em Refeições Coletivos de Campinas - Presidente Paulo Ritz.

Pesquisa e textos: Carmen Lúcia Evangelho Lopes e Nanci Novo e Trigueiros.

Edição: Carolina Maria Ruy.

Revisão: Dilair Aguiar.

1º edição - junho - 1991.

2º edição - maio - 2020.

Centro de Memória Sindical

PRESIDENTE: Milton Baptista de Souza Filho - Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco.

1º- VICE-PRESIDENTE: José Francisco Campos - Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

2º- VICE-PRESIDENTE: Djalma de Paula - Federação dos Químicos de São Paulo.

3º- VICE-PRESIDENTE: José Ferreira da Silva - Sindicato Nacional dos Aposentados.

Secretária Geral: Sindicato dos Têxteis de São Paulo.

2º- SECRETÁRIO: Antônio Carlos Duarte - Sindicato dos Comerciários de São Paulo.

1º- TESOUREIRO: Wilson Florentino de Paula - Sindicato da Construção Civil de São Paulo.

2º- TESOUREIRO: Aurea Meire Barrence da Silva - Sindicato dos Telefônicos do Estado de São Paulo.

RELAÇÕES SINDICAIS: Plínio Gustavo Adri Sarti - Sindicato Nacional dos Aposentados.

DIRETOR SOCIAL: Jair Mafra - Federação dos Comerciários do Estado de São Paulo.

DIVULGAÇÃO E ACERVO: Elenildo Queiroz Santos - Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos.

PRIMEIRO CADERNO: MOVIMENTO OPERÁRIO: AS ORIGENS E A ORGANIZAÇÃO ATÉ 1930

Preambulo

A HISTÓRIA - CONCEITOS E DIFERENTES VISÕES

AS DIFERENTES VISÕES DA HISTÓRIA DO BRASIL

A IMPORTÂNCIA DE RESGATE DA HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO

- I. Antecedentes
- II. A introdução da mão de obra assalariada no Brasil
- III. As primeiras organizações operárias no Brasil
- IV. O avanço do movimento associativo dos trabalhadores
- V. Os socialistas e sua atuação
- VI. Os congressos e as greves
- VII. A militância operária
- VIII. A imprensa e a educação operária

A HISTÓRIA - CONCEITOS E DIFERENTES VISÕES

A palavra História é de origem grega e significa investigação, pesquisa e informação.

A História, como ciência, estuda as transformações que ocorreram nas sociedades humanas através do tempo.

Desde que existem sobre a terra, os homens estabeleceram relações entre si e com a natureza para produzirem os bens necessários à sua sobrevivência. Dessa interação resultam os fatos, os acontecimentos que constituem o processo histórico.

O processo histórico não sofre interrupções (não é possível parar a história) - mas passa por transformações decorrentes da ação dos próprios homens que são os agentes da história, os que fazem a história.

A transformação é a essência da história. Procurar entender como e por que ocorreram as mudanças na organização das sociedades humanas leva à compreensão do momento atual (que teve suas origens no

passado) e a importância da atuação do indivíduo na construção da sociedade futura.

AS DIFERENTES VISÕES DA HISTÓRIA DO BRASIL

A história do Brasil (como a dos outros povos americanos) está ligada à expansão marítimo-comercial da Europa Ocidental. Portugal e Espanha, nos séculos XV e XVI, iniciaram o estabelecimento das chamadas colônias onde impuseram sua cultura: instituições, língua, valores, técnicas, etc.

A cultura dos povos americanos foi destruída pela imposição - inclusive armada - da cultura europeia, fenômeno conhecido como aculturação, que completou a dominação econômica e política do continente.

O grande desenvolvimento comercial, o estabelecimento e a exploração das colônias africanas, asiáticas e americanas levaram à acumulação de capital pelos países europeus, que possibilitaram a passagem para uma nova fase na organização da produção.

No século XVIII, a Inglaterra iniciou a Revolução Industrial, que marcou o predomínio do sistema capitalista no Ocidente. Foi seguida por outros países como a Bélgica, a França, a Holanda e a Alemanha.

As colônias americanas, nos séculos XVIII e início de XIX, tornaram-se independentes politicamente de suas metrópoles, mas permaneceram, com exceção dos Estados Unidos da América (ex-colônia inglesa), dependentes economicamente dos países capitalistas mais avançados.

O caso do Brasil não foi diferente. Independentemente de Portugal, permanecemos dependentes economicamente da Inglaterra.

Vivemos, atualmente, no sistema capitalista e, como a maioria dos países americanos, constituímos área periférica dos países altamente industrializados.

É nesse contexto, integrada ao desenvolvimento europeu ocidental, que devemos estudar nossa história e os registros que dela foram produzidos.

Tivemos, desde o início da nossa colonização, uma história oficial. Os primeiros documentos escritos sobre nossa terra foram relatos de navegantes e cronistas a serviço do rei de Portugal. Houve também relatórios dos jesuítas e alguns sermões, como os do Padre Vieira, porém neles predominou sempre a visão do colonizador.

As impressões de viagens de estrangeiros que vieram ao Brasil, como Hans Staden e Jean de Léry, constituíram fontes alternativas, não oficiais, para o estudo dos costumes indígenas e das relações estabelecidas com os europeus.

As obras *Cultura e Opulência do Brasil*, de Antonil, e *Diálogos das Grandezas do Brasil* (de autoria discutível), escritas no final do século XVII, constituíram um levantamento das atividades econômicas no Brasil-Colônia, também do ponto de vista oficial.

A produção de literatos (poetas, escritores) aqui no Brasil, ainda no período colonial, pouco se diferenciou das fontes oficiais porque esses elementos eram integrantes da elite colonial e, muitas vezes, funcionários da Coroa Portuguesa.

Após a independência política, ocorrida em 1822, o registro do que ocorreu na sociedade brasileira não sofreu alterações: nos documentos oficiais eram enfatizados os aspectos políticos e a descrição de fatos, salientando-se a participação das personalidades da época.

O povo, formado em sua imensa maioria por escravos e alguns poucos trabalhadores livres, não figurava nestes registros. Quando aparecia, em narrativas de revoltas contra o poder constituído, representava o vilão que ameaçava a segurança e estabilidade social.

O predomínio dessa visão justificava a ação repressiva contra os movimentos populares e aqueles que "restabeleciam a ordem" eram elevados à categoria de "heróis" nacionais.

Durante a campanha pela abolição da escravatura, salientou-se a atuação do governo, de seus representantes que aprovaram as leis abolicionistas e de alguns intelectuais e políticos que tomaram para si a defesa do escravo negro. Não foi considerada a resistência dos escravos, suas fugas, a formação dos quilombos e todas as outras formas de luta. Tudo isto ficou excluído da história brasileira. Restou a Princesa Isabel, a Redentora!!!

Além da exclusão sistemática da participação popular de nossa história, ocorreu também a destruição pura e simples de arquivos e da documentação existente.

Esconder e excluir outras versões históricas ou destruir a documentação passou a significar para a classe dominante a possibilidade de eliminar o indesejável. Um bom exemplo deste "método historiográfico" foi a atitude de Rui Barbosa que, procurando evitar o pagamento de indenizações aos ex-proprietários de escravos, mandou queimar toda a documentação existente sobre a escravidão no Brasil, alegando estar contribuindo para "apagar a nódoa existente em nossa história". A incineração da documentação deveria, para ser completa, eliminar também todo o preconceito racial e social decorrente da escravidão. Infelizmente, o fogo não teve tais poderes.

Desde a formação da classe operária brasileira foram enormes os esforços realizados para também a excluir da história oficial. As diferentes tentativas dos trabalhadores de registrarem o avanço das suas formas de organização eram violentamente reprimidas.

A imprensa da época sequer mencionava os eventos e as manifestações dos operários, o que incentivou a necessidade de os próprios operários imprimirem seus jornais. E proliferaram jornais escritos e mantidos por trabalhadores. Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Maceió e Porto Alegre foram, entre outros, centros urbanos onde se encontra referências de uma imprensa operária atuante.

Entretanto, mesmo estes registros que enfrentavam toda espécie de dificuldades para circular (dificuldades financeiras, de pessoal, etc.), sofriam também as tentativas de destruição por parte do aparelho de Estado. São vários os casos conhecidos de "empastelamento" das redações de jornais operários, como forma não só de procurar destruir a organização existente, como também de evitar o incentivo a novas formas de organização.

Nos vários períodos ditatoriais por que passou a sociedade brasileira esteve sempre presente o intuito de impedir que a classe operária registrasse e/ou divulgasse sua própria história: destruição dos arquivos, queima dos documentos, invasão das sedes das entidades sindicais e a própria eliminação física de expressivas lideranças foram métodos largamente difundidos para que as experiências anteriores não servissem de apoio às lutas atuais.

Inegavelmente, grande parte da documentação operária desde o início do século desapareceu. Desapareceram importantes fontes de reconstituição de parte de nossa história.

A sociedade brasileira terá que arcar com esta perda. Para consolidarmos um projeto democrático será necessário que reescrevamos toda a nossa história oficial, incluindo nela a parte que sempre esteve de fora: a história das lutas dos trabalhadores.

A IMPORTÂNCIA DE RESGATE DA HISTÓRIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO

A história escrita é a história dos vencedores. Os poderosos, criando a figura dos "heróis", procuram difundir a ideia de que a história é produto da atuação de poucos homens que, sozinhos, transformam o mundo.

A participação dos trabalhadores é sistematicamente excluída dos relatos, como se eles não tivessem nenhum papel na construção da realidade em que vivemos!

Com a Revolução Industrial, a exploração do trabalho assalariado assumiu enormes proporções. O estabelecimento das jornadas de 16 a 18 horas/diárias, as péssimas condições de trabalho, moradia, habitação, saúde, alimentação e os reduzidos salários difundiam a miséria entre os operários e a riqueza entre os patrões.

Este contraste levou os trabalhadores a se organizarem para reivindicar melhores condições de trabalho e vida. Alguns intelectuais passaram a estudar o sistema capitalista e suas contradições. Esses estudos auxiliaram no avanço da organização dos trabalhadores. Diferenciavam o capital e sua importância do papel fundamental exercido pelos trabalhadores: o trabalho assalariado garantia a reprodução e aumento do capital. Para os capitalistas - os lucros; para os trabalhadores - a miséria.

Com o objetivo de reverter, ou pelo menos minimizar esta realidade, os operários se organizaram em torno de várias reivindicações econômicas e políticas. E este último século foi repleto de lutas e manifestações que marcaram a trajetória do movimento operário no mundo inteiro.

Uma análise destas lutas e manifestações nos mostra que, se em alguns países algumas das reivindicações foram alcançadas, em outros elas permanecem ainda aglutinando os trabalhadores e são motivos da luta atual.

Quando o trabalhador conhece sua própria história, com todos os erros e acertos no encaminhamento de suas lutas, ele pode recuperar os sonhos das gerações, transformando-os em realidade.

I ANTECEDENTES

OS OBJETIVOS DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA NO BRASIL

A colonização portuguesa no Brasil iniciou-se quando a Europa passava por grandes transformações econômicas, políticas e sociais. Formavam-se os Estados modernos, superando-se a descentralização política da época feudal. A aliança rei-burguesia comercial representava papel decisivo no processo. A burguesia, grupo social que vinha se fortalecendo com o comércio e o artesanato, aliou-se aos reis para derrubar os últimos obstáculos à sua expansão. Dessa aliança, resultaram as grandes navegações que levaram os europeus à dominação da África, da América e de parte do Oriente.

A relação dos europeus com as áreas atingidas por eles foi de dominação militar e exploração econômica. Essas áreas constituíram-se nas colônias europeias.

O Brasil foi uma colônia de exploração de Portugal e as relações que aqui se estabeleceram atendiam somente aos interesses portugueses. Toda a produção deveria estar voltada para as necessidades do mercado europeu e os lucros dela provenientes transferiam-se para a nossa Metrópole (Portugal).

Durante três séculos - de 1500 a, aproximadamente, 1800 - os comerciantes europeus enriqueceram às custas da exploração da África, da América e de parte do Oriente e conseguiram acumular capital que permitiu o início da Revolução Industrial na Inglaterra, que embora saindo tardiamente nas grandes navegações, foi quem mais obteve resultados econômicos no processo.

O INDÍGENA COMO MÃO DE OBRA

A chegada dos portugueses às terras brasileiras em 1500 foi um dos momentos da expansão comercial europeia pelo Oceano Atlântico. No período pré-colonial, nossas terras não interessavam muito à burguesia comercial portuguesa, mais atraída pelo lucrativo comércio com a África e o Oriente.

De 1500 a 1530 a extração do pau-brasil - "ibirapitanga" ou "arabutan", como era chamado pelos tupis - representava o único atrativo para os europeus. Era usado como corante - cor avermelhada - nas manufaturas de tecidos da Europa.

Os índios constituíram a mão de obra na exploração de pau-brasil e, em troca do corte e do transporte da madeira, recebiam machados, instrumentos de metal, espelhos ou outros objetos de menor importância - essa relação ficou conhecida como escambo. Explorava-se o trabalho dos nativos para enriquecer as manufaturas europeias.

Outras áreas da Europa, como a França, passam a enfrentar Portugal e Espanha na partilha de colônias. A presença de franceses aqui em nosso litoral tornou-se comum, estabelecendo-se a mesma relação de exploração com os nativos: o escambo.

Nas lutas entre os colonizadores brancos os índios se dividiram: uns apoiavam os franceses, outros apoiavam os portugueses, sendo sempre usados como "buchas" de canhão entre as forças europeias que se defrontavam. Findos os conflitos pela posse da colônia, os índios levaram a pior: muitos morreram, grande parte perdeu suas terras para os europeus, sendo obrigados a recuar para o interior do território. Para tantos outros, restou o trabalho escravo nas lavouras de açúcar que foram implantadas.

Alguns já compreendiam o que significava a relação com o europeu - tentando resistir à dominação portuguesa:

"... Os tamoios confederaram-se para repelir invasores. Tribos que nunca se puderam harmonizar, fraternizavam-se agora: os guaianazes do campo, os guaianazes do mato, tupiniquins e carijós vieram aumentar o poder dos tamoios.

... Em um dia, inesperadamente, todo esse povo investiu sobre Piratininga. Não foi uma guerra, foi uma carnificina. Ao clarear da manhã entraram tremendamente na vila, como um cataclisma. E não

fosse o pulso guerreiro de Tibiriçá, seria a vila irremediavelmente arrasada.

... Guerreiros destemidos como eram, canoieiros hábeis como sempre foram conhecendo palmo a palmo a costa, em número tão grande, devastariam fatalmente a capitania de Martim Afonso. E depois, no ímpeto da primeira vitória, derramar-se-iam pelo norte, arrasando Ilhéus, Bahia e Pernambuco. Seria a desgraça total do domínio português no Brasil.

... Guiava-os o inflexível Aimberê, teimoso como nenhum outro que, além do ódio natural de toda a sua raça aos portugueses, já deles tinha sofrido a humilhação de ser uma vez aprisionado e metido a ferro no convés de um navio."

Extraído de "Terra de Santa Cruz" - de Viriato Corrêa

Editora Castilho - RJ

A MÃO DE OBRA ESCRAVA AFRICANA NO BRASIL

O emprego da mão de obra escrava africana na colonização de nosso país levou à existência de conflitos sociais que perduraram durante todo o período em que esse tipo de trabalho foi utilizado - os escravos lutavam continuamente procurando recuperar sua liberdade.

A resistência dos africanos, como não podia deixar de ser, raramente foi registrada e procurou-se difundir a ideia do "bom senhor de escravos", que enaltecia os poderosos senhores e até justificava a escravidão como tutela para com seres inferiores, desprovidos de inteligência, sentimentos e alma!!!

Motivos da adoção da mão de obra escrava na colonização do Brasil

Por que, em pleno séculos XV e XVI, renasceu a escravidão, superada desde o mundo antigo?

No mundo grego e romano, a escravidão representou a instituição fundamental que sustentava a riqueza e o poder das classes dominantes.

O grande contingente de escravos era obtido nas guerras. Os vencidos tornavam-se escravos dos vencedores. A escravidão não estava ligada, portanto, à cor do ser humano, mas sim à condição de supremacia militar de um outro povo.

Na época moderna, a expansão marítima e comercial da Europa estabeleceu seu domínio sobre os outros continentes num processo de intensa exploração econômica das áreas recém-incorporadas ao comércio europeu. A escravidão de todo um continente - o africano - atendeu às necessidades históricas: representou uma das formas de acumulação de capital pelos comerciantes europeus.

O escravo era altamente lucrativo tanto como mercadoria (custava pouco para os traficantes europeus), quanto no nível da produção ao sustentar, com seu trabalho, a riqueza e poder dos grandes proprietários coloniais. Os escravos "constituíam as mãos e os pés dos senhores de engenho" (*) - o sustentáculo de todo o poder na colônia.

O estabelecimento da escravidão além de representar uma enorme tragédia para o continente africano (que perdeu, do século XV ao XIX, aproximadamente 65 a 70 milhões de habitantes, mortos ou escravizados), revestiu-se de marcas que ainda hoje perduram e geram preconceito racial. Ela ficava vinculada à cor do indivíduo. Essa característica, aliada ao tipo de trabalho que o escravo realizava (manual e mecânico), mantém até hoje o preconceito social e racial nas regiões onde o africano foi utilizado como mão de obra.

A exploração do Brasil no período colonial

A colonização do nosso país atendeu aos objetivos do Mercantilismo, política econômica adotada, aproximadamente do século XVI ao XVIII, visando aumentar o poder real e a riqueza dos Estados europeus.

(*) ANTONIL, João Antônio Andreoni. *Cultura e Opulência do Brasil*.

As colônias estabelecidas segundo o sistema mercantilista funcionavam como áreas de exploração e, portanto, propiciaram o enriquecimento de suas metrópoles (Metrópole = país europeu que dominava colônias).

A solução encontrada para ocupar as terras brasileiras de forma lucrativa foi a plantação de cana-de-açúcar. O açúcar teria mercado certo e em expansão na Europa.

Estabeleceu-se aqui o sistema de PLANTATION: grandes áreas de terra (os latifúndios), produzindo um só gênero agrícola em grande quantidade (a monocultura), com a utilização de mão de obra escrava. O destino de toda produção era a exportação para a Europa.

O estabelecimento do monopólio comercial permitia às metrópoles europeias o controle de toda a atividade econômica colonial e "fechava" a colônia para o comércio com outros países. Pelo monopólio, a colônia constituía-se numa área de exploração exclusiva de sua metrópole.

Os maiores lucros da produção açucareira de nosso país, entretanto, não ficaram em Portugal. A Holanda, em troca de empréstimos que financiaram a compra de escravos e máquinas para os engenhos, obteve a concessão de revender o açúcar brasileiro na Europa - os comerciantes holandeses levavam o açúcar grosso dos portos brasileiros, refinavam e revendiam no mercado europeu.

A exploração de ouro e diamantes brasileiros, no século XVIII, vigiada intensamente pelos funcionários da Coroa Portuguesa, acabou por beneficiar a Inglaterra, que tinha se tornado a principal credora de Portugal.

O monopólio comercial português no Brasil vigorou até 1808, quando a transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro obrigou D. João, Príncipe Regente, a assinar o decreto de abertura dos portos brasileiros às nações amigas. Iniciou-se, então, a fase de hegemonia (predomínio) inglesa no Brasil.

A reação dos escravos à exploração

Os escravos estavam sujeitos à intensa exploração pelos senhores - o trabalho de sol a sol e a condição humana sequer reconhecida levaram a constantes atitudes de revolta.

Evitando a procriação para não gerar novos escravos, respondendo à violência dos espancamentos com ataques aos feitores e senhores, fugindo em massa e constituindo os quilombos (aldeias formadas por escravos fugitivos), a luta contra a escravidão foi permanente.

O quilombo de Palmares, que chegou a contar com aproximadamente 30 mil habitantes, constituiu-se na "1ª República do Continente" (*). Os quilombolas (habitantes dos quilombos) estabeleceram um sistema comunitário de produção que possibilitou o relacionamento comercial com as regiões vizinhas.

Palmares durou aproximadamente 65 anos e foi barbaramente destruído, após vários ataques infrutíferos. Representou, para os escravos, o sonho, a utopia da liberdade ainda que em outra terra - o Brasil.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL COLÔNIA E A PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES

São raros os documentos que fazem referência à resistência dos indígenas, dos escravos africanos, dos mestiços ou dos trabalhadores das vilas ou cidades brasileiras contra a exploração colonial e as condições de trabalho existentes. Esses documentos - escritos pelos colonizadores - são demonstrativos dos poderes e direitos irrestritos que se atribuíam e dos preconceitos que serviam de "justificativas" para arbitrariedades e violências cometidas contra a população.

Embora o controle e a repressão dos colonizadores não encontrassem limites, as manifestações de revolta sempre ocorreram. Desde os primeiros choques dos índios contra os exploradores da terra, passando pela resistência indígena e africana à escravidão nos engenhos e na mineração, a luta foi se intensificando até atingir

(*) PITA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*.

momentos em que não houve como se omitir da história as revoltas ocorridas e seus projetos de mudanças sociais.

A formação de quilombos e os vários movimentos do período colonial contestando a política portuguesa desenvolvida no Brasil vão "amadurecendo" até assumirem projetos de libertação, de independência.

Em alguns desses movimentos, principalmente a partir do século XVIII, ocorreu a participação de trabalhadores organizados em Confrarias ou Irmandades (associação de trabalhadores qualificados, formadas por influência da Igreja Católica). Na Revolta de Felipe dos Santos, em 1720, em Vila Rica (hoje Ouro Preto) "fez-se sentir uma reclamação por melhores condições de trabalho e melhores pagamentos; em 1737, nas minas gerais, ocorreram tumultos em favor da redução da Jornada de trabalho" (**). A repressão aos líderes dos movimentos era terrível: Felipe dos Santos, apontado como único cabeça da revolta de 1720, foi enforcado e esquartejado, em praça pública, amarrado em quatro cavalos que partiram em direções opostas.

As ideias iluministas francesas, defendendo a libertação dos indivíduos e das nações de todas as formas de opressão, chegaram ao Brasil e repercutiram intensamente diante da crise da mineração e do aumento da repressão na colônia.

O alvará de 1785, assinado por D. Maria I, rainha de Portugal, proibiu a manufatura e a siderurgia no Brasil e, em Minas Gerais, na Bahia e no Rio de Janeiro provocou críticas intensas e repúdio à atitude opressora da soberana.

Em 1798, as ideias francesas divulgadas pela maçonaria inspiraram a organização do movimento conhecido como Conjuração Baiense ou Revolta dos Alfaiates, ocorrida em Salvador. As ideias igualitárias e de estabelecimento de uma república democrática circularam na cidade. Vários panfletos foram espalhados divulgando os princípios revolucionários. Foi grande o número de trabalhadores ligados às Confrarias e Irmandades envolvido na revolta. Registra-se a presença de soldados, bordadores, pedreiros, carpinas e, principalmente, de alfaiates.

(**) CÂNDIDO FILHO, José. *O Movimento Operário: O Sindicato e o Partido*. Editora Vozes, 1982.

A amplitude do movimento tanto em seus princípios norteadores quanto na participação popular desencadeou repressão aos participantes (comentava-se que havia 800 envolvidos em Salvador). Prendendo e torturando, a polícia colonial chegou ao núcleo dos revolucionários: alguns artesãos, pobres e pretos, que confiavam na liberdade e na igualdade entre os homens. Um deles, diante do juiz, que o queria assustar, respondeu: "se fosse eu o governador repartiria as fortunas entre os que não têm nada. E por essa ideia, dou a vida".

O colonialismo português condenou à morte, nesta revolta, quatro brasileiros: Lucas Dantas (mestiço, soldado, 24 anos), Luis Gonzaga das Virgens (mestiço, soldado, 36 anos), João de Deus (mestiço, alfaiate, 27 anos) e Manuel Faustino (mestiço, alfaiate, 22 anos).

Reproduzimos parte da sentença judicial, demonstrando seu caráter preconceituoso e reacionário, na defesa intransigente do colonialismo português.

SENTENÇA DE LUCAS DANTAS E DEMAIS PRESOS

ACÓRDÃO em Rel.am e Vistos estes autos, que na forma da Lei, e em observação das Reais Ordens, se fizeram sumários aos trinta e cinco Réus, pronunciados na Devassa junta, perguntas, e acareações dos mesmos, contidas nos trinta e seis apensos, que se lhe seguem, artigos de sua defesa, assim de fato, como de Direito, com tudo o mais constante do processo.

Mostra-se que alguns dos habitantes desta Cidade, esquecidos dos primeiros, e mais essenciais deveres do Cidadão e vassalo fiel se propuseram a pérfida, infame e horrível tentativa de disporem e executarem nesta mesma cidade uma sublevação, para se subtraírem ao Suavíssimo e Iluminadíssimo Governo da dita Senhora, e das suas sábias Leis, pelos meios mais execrandos e depravados, que talvez poriam em prática, a não serem oportunamente obviados com as imediatas, prontas, e eficazes providências, que de ordem do Governo se aplicaram e com as quais, muito a tempo se dissipou pela raiz todo o veneno proveniente de semelhante conspiração. Para conseguirem aqueles sacrilégios fins, se erigiram em Chefes, e Cabeças, indivíduos de mais baixa, e ínfima Ordem, tanto pelas suas pessoas, como pelas suas representações e posses, que bem manifestam os sequestros coligidos no último apenso; da classe dos homens pardos, qualidade, que lhes era odiosa, pretendendo por isso extingui-la por meio da indistinta igualdade, a que aspiravam; e

deram princípio a esta abominável empresa, fazendo disseminar com muita antecipação ideias livres, e sentimentos antipolíticos entre aqueles que supunham mais capazes, e dispostos a segui-los, e em cujo espírito consideravam os mesmos motivos impulsivos de uma tão absurda, e inconsequente resolução; empenhando-se, já, a convencê-los de que o Governo e Leis, debaixo das quais viviam, eram de um peso e jugo insuportável, que deviam lançar de si, já, a representar-lhe as imagináveis vantagens, e propriedades de uma República Democrática, onde todos seriam iguais, onde os acessos e lugares representativos seriam comuns, sem diferença da cor, nem da condição, onde eles ocupariam os 1^{os} ministérios, vivendo debaixo de uma geral abundância e contentamento, trazendo-lhes a lembrança para mais os iludir, e surpreender o exemplo do infeliz e desgraçado povo Francês, sem contudo ponderarem as funestas consequências da sua indiscreta e mal entendida liberdade, a cujos impulsos têm sido sacrificados os patrimônios públicos e particulares, com ruína total da Nação."(*)

A Inconfidência Baiense ou Revolta dos Alfaiates foi o movimento que congregou o maior número de trabalhadores no período colonial, demonstrando que toda a violência empregada pelos colonizadores nos movimentos anteriores não interrompeu o amadurecimento dos projetos e da luta contra a dominação e exploração portuguesa no Brasil.

II A INTRODUÇÃO DA MÃO DE OBRA ASSALARIADA NO BRASIL

A INDUSTRIALIZAÇÃO E A NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO DE MERCADOS

"A liberdade não é mais que um fantasma quando uma classe pode sitiá-la outra pela fome, quando o rico, com seu monopólio, tem o direito de vida ou de morte sobre o pobre." Jacques Roux (revolucionário francês de 1789, crítico do poder da burguesia)

(*) RUY, Affonso. *A Primeira Revolução Social Brasileira*. Editor Laemmert, 1970, p. 178-179.

Durante a segunda metade do século XVIII (1750 a 1800) ocorreram, na Inglaterra, grandes transformações que tiveram lugar inicialmente na produção, mas que atingiram toda a vida social. A base dessas transformações foi a introdução das máquinas na produção (substituindo as ferramentas), a utilização do vapor como força motriz e o estabelecimento do sistema fabril. As alterações produzidas foram tão radicais que esse processo ficou conhecido como Revolução Industrial.

A evolução tecnológica foi intensa. A invenção e o aperfeiçoamento das máquinas eram constantes visando atender à ampliação do consumo na própria Inglaterra e nas áreas coloniais dominadas pela poderosa Marinha inglesa.

Iniciou-se a produção em fábricas, o que exigia capital acumulado para as novas instalações, para a compra de máquinas e matérias-primas e para o pagamento dos operários que trabalhariam nessas máquinas.

À nova ordem econômica - produção fabril - correspondeu uma nova ordem social. De um lado, os donos das fábricas, das máquinas, das matérias-primas e do capital, formaram a burguesia. De outro lado, aqueles sem terras nem ferramentas, possuindo somente a sua capacidade de trabalho, formaram o proletariado.

O trabalho assalariado passou a predominar. A venda da força de trabalho por salários caracterizou o novo sistema: o capitalismo.

As atividades industriais não ficaram restritas somente à Inglaterra. Bélgica, França, Holanda e Alemanha ingressaram na fase industrial.

O aumento do volume da produção criou tanto a necessidade de ampliação dos mercados consumidores quanto a de novos fornecedores de matérias-primas.

O sistema colonial, mantendo as colônias "fechadas", permitindo o comércio somente com as próprias metrópoles, constituía-se em obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo.

No início do século XIX, a ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder intensificou o crescimento das atividades fabris francesas. Também na França, a burguesia necessitava de mercados para expandir-se.

O confronto entre as duas potências da época pelo controle do mercado mundial foi inevitável.

A Inglaterra decretou o Bloqueio Marítimo, impedindo a circulação dos navios franceses. Em contrapartida, a França decretou o Bloqueio Continental, fechando os portos europeus aos navios ingleses. E a Europa ficou então dividida em duas áreas de influência.

Portugal, aliado e dependente da Inglaterra, sofreu a invasão francesa. A família Real portuguesa, sob "proteção inglesa", transferiu-se para o Brasil.

A vinda da Corte Portuguesa para o Brasil transformou a colônia em sede do Reino português. O 1º ato de D. João - Príncipe Regente - foi a "abertura dos portos às nações amigas" (1808). Esta medida atendia também aos interesses econômicos ingleses, beneficiados com tarifas alfandegárias privilegiadas, em toda área colonial portuguesa.

AS ORIGENS DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO DOS TRABALHADORES

A Revolução Industrial iniciada na Inglaterra, na segunda metade do século XVIII, levou à implantação das grandes indústrias onde predominam a mecanização da produção e o pagamento de salários aos trabalhadores reunidos em um mesmo local de trabalho.

O desenvolvimento das máquinas foi intenso e desencadeou a concorrência entre os industriais pela obtenção de lucros. A mecanização da produção e a incorporação de máquinas mais avançadas em setores que já contavam com elas deixaram sem trabalho grande número de operários, rebaixaram os salários e passaram a empregar a mão de obra feminina e infantil.

Tentando resistir a essa situação os trabalhadores procuraram destruir as máquinas mais avançadas (principal alvo), movimento conhecido como LUDISMO (o nome vem de Bed Ludlan, tecelão que destruiu os teares da oficina onde trabalhava, após discutir com o mestre).

Essa forma de revolta elementar, isolada e limitada não conseguiu deter a implantação das máquinas e não encontrou o apoio da sociedade que condenava as investidas contra o maquinário. Era preciso encontrar formas de oposição mais eficientes e que representassem avanço nas lutas da classe operária.

O desenvolvimento da industrialização levou ao aumento do operariado e também à intensificação dos conflitos da classe operária com os capitalistas.

Das fábricas, as discussões ganharam as ruas e chegaram ao Parlamento, onde a miséria, a exploração e a falta de direitos dos trabalhadores encontraram alguns aliados na luta contra o poder do capital.

Em 1824, o Parlamento inglês aprovou o direito de livre associação, antes restrito às classes dominantes. A liberdade dos trabalhadores organizarem-se legalmente permitiu um grande avanço na organização do movimento operário na Inglaterra, porque possibilitou a legalização das associações de correspondência, que já existiam desde o século anterior. Constituíram-se as trade-unions - uniões operárias, sindicais inglesas que arregimentaram os trabalhadores em toda a Inglaterra.

As trade-unions, os sindicatos ingleses, unindo os trabalhadores do mesmo ramo industrial, tomaram-se poderosos e eficazes representantes dos trabalhadores. Marcaram a superação das iniciativas individuais, isoladas e, portanto, sem força e sem eficácia nos embates contra os poderosos patrões.

As trade-unions passaram a fixar os salários por categorias; a regulamentar os salários em função dos lucros, obtendo aumentos que acompanhavam a produtividade industrial, estendendo as conquistas a toda a categoria. Negociavam também escalas de salários, deflagrando muitas greves quando suas reivindicações não eram atendidas. Criaram também as "Caixas de Resistência" para auxiliar financeiramente os operários desempregados ou sustentar as greves que se tornaram poderosas instâncias de negociação.

Outro importante avanço na organização da classe operária na Inglaterra foi a formação de federações que aglutinavam várias categorias profissionais de uma região. Em 1830, constituiu-se a "Associação Nacional para a Proteção do Trabalho", formando uma central de todos os sindicatos. Reuniu 100 mil trabalhadores e passou a editar uma publicação periódica - *A Voz do Povo* - com tiragem inicial de 30 mil exemplares.

O objetivo da Associação Nacional era resistir à diminuição dos salários. Caso fossem desrespeitados os acordos feitos com o patronato, a Federação recorria à paralisação de atividades de todos os operários do ramo ou setor. As greves podiam ser parciais,

em uma determinada fábrica ou setor, ou generalizadas, atingindo todo um ramo da produção (ex.: têxteis, mineração, etc.). A atuação da Associação Nacional se consolidava em vitórias quando correspondia a uma maciça organização e atuação dos operários.

À medida que se fortaleciam as associações sindicais, muitos patrões passaram a pressionar e perseguir - inclusive com demissões - os operários que nelas militavam. Várias associações foram extintas devido às pressões patronais, o que demonstra as dificuldades encontradas pelos operários na organização e defesa das entidades representativas de seus interesses.

A história dessas associações, com suas vitórias e derrotas, registra as primeiras tentativas efetivas de organização dos trabalhadores diante da exploração capitalista. Elas marcaram a superação das formas individuais de luta e arregimentaram forças na atuação coletiva e organizada, na luta pela emancipação de toda a classe trabalhadora. (*)

A ABOLIÇÃO DO TRÁFICO DE ESCRAVOS E A LIBERAÇÃO DE CAPITAL

Em 1850 ocorreu em nosso país um acontecimento que teve enormes repercussões - a abolição do tráfico negreiro.

O escravismo tinha propiciado, durante três séculos, a acumulação de capitais pelos comerciantes europeus. O escravo havia se constituído na mão de obra básica do sistema de PLANTATION que gerou grandes lucros na exploração das áreas coloniais. E, enquanto mercadoria, o homem africano foi altamente rentável aos traficantes europeus.

Como consequência da intensa exploração dos continentes americano, africano e parte do asiático, alguns países europeus enriqueceram. A Inglaterra foi a pioneira na mecanização da produção - seus produtos abasteciam o mercado mundial.

A partir do desenvolvimento da industrialização que tendeu a universalizar o trabalho assalariado, o escravismo mostrou-se

(*) Texto baseado em ANTUNES, Ricardo. *O que é o Sindicalismo*. Editora Brasiliense.

historicamente superado. Na sociedade europeia, intensificaram-se as críticas à utilização do trabalho escravo e o governo inglês, cedendo às pressões do Parlamento, em 1807, aboliu a escravidão em suas colônias.

A Inglaterra assumiu o combate sistemático ao tráfico negreiro, contribuindo efetivamente para a supressão do trabalho escravo nos países que ainda o utilizavam. Essa atitude correspondeu principalmente às exigências de ampliação de mercados consumidores para a produção industrial. Procurou também eliminar os prejuízos que vinham sofrendo os produtores coloniais ingleses diante da concorrência da produção de outras regiões, ainda assentada no escravismo.

A interferência inglesa para a abolição do tráfico no Brasil iniciou-se com a transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro. Nos tratados de 1810, D. João, Príncipe Regente, comprometeu-se a combater o comércio de africanos que, em 1815, no Congresso de Viena, ficou proibido acima do Equador.

A Inglaterra condicionou o reconhecimento da nossa independência política, ocorrida de 1822, à tomada de medidas efetivas por parte de D. Pedro I na luta pela extinção do tráfico de escravos, não obtendo resultados concretos. Em 1831, os regentes também assinaram lei que impedia o desembarque de africanos no Brasil. Não havia, contudo, condições para o cumprimento da medida porque a lavoura cafeeira, em expansão, assentava-se ainda no trabalho africano.

O Parlamento inglês, em 1845, aprovou o Bill Aberdeen, lei que previa a apreensão dos navios negreiros ou tumbeiros, juntamente com a tripulação, que ficaria sujeita à legislação inglesa. Inicialmente a lei teve o efeito contrário, dobrando o número de africanos trazidos para o Brasil (chegando a 50 mil por ano). Em 1850, o governo brasileiro, para evitar maiores conflitos com a Inglaterra, baixou a lei Eusébio de Queirós que pôs fim ao desembarque de africanos em nossos portos.

A extinção do tráfico de escravos atingiu as áreas agrícolas tradicionais, inclusive a lavoura cafeeira do Vale do Paraíba, e levou à intensificação da imigração, que já vinha ocorrendo desde 1820.

A disponibilidade de capital liberado pelo fim do comércio de escravos, juntamente com o aumento das taxas sobre os produtos importados, levou à ocorrência de verdadeiro "surto industrial" no

Brasil. "No período de 1850 a 1860 foram inauguradas 70 fábricas que já utilizavam máquinas hidráulicas ou a vapor e empregavam mestres e contramestres vindos da Europa. Produziam chapéus, sabão, tecidos de algodão, cerveja e alguns outros artigos que, até então, eram importados.

Foram fundados 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 companhias de seguro, companhias de mineração, linhas ferroviárias, transportes urbanos (bondes puxados por burros), serviços de iluminação a gás e água encanada, atendendo principalmente o Rio de Janeiro, capital do país que contava com os melhores serviços urbanos e refletia a condição de modernidade para a época." (*)

Irineu Evangelista de Souza, conhecido como Barão de Mauá, foi um dos primeiros empresários brasileiros. Aliado às companhias inglesas, participou de várias dessas iniciativas que, em curto espaço de tempo (daí a utilização do termo surto), provocaram transformações socioeconômicas radicais.

Os altos preços obtidos pelo café no mercado externo atraíram os investimentos que transferiram capital para a lavoura cafeeira. Como consequência, muitas empresas foram à falência, arrastando com elas o próprio Mauá.

O café também foi atingido - as novas plantações levaram às primeiras crises de superprodução que provocaram a queda de preços no mercado internacional.

O CRESCIMENTO DA LAVOURA CAFEEIRA

A vinda dos Imigrantes Italianos, Espanhóis, Portugueses e Alemães - A Formação das Colônias

Os primeiros imigrantes europeus chegaram ao Brasil durante o governo de D. João VI. Formaram colônias de povoamento situadas no

(*) ALENCAR, Francisco, CARPI, Lúcia e RIBEIRO, Marcus Venício. *História da Sociedade Brasileira*. Editora Ao Livro Escolar.

Espírito Santo, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A experiência não obteve sucesso devido ao isolamento, a oposição dos grandes proprietários e a falta de apoio governamental aos colonos.

A expansão da lavoura cafeeira, a partir de 1850, necessitou de grandes contingentes de trabalhadores. A imigração europeia apresentou-se, principalmente com a proibição do tráfico negreiro, como a solução mais conveniente. Os grandes cafeicultores pressionaram o governo a adotar uma política imigratória que facilitasse a vinda e o estabelecimento dos europeus no Brasil.

Entre 1870 e a 1ª Guerra Mundial (1914 a 1918), grande número de italianos, portugueses e espanhóis, seguidos por alemães, austríacos e poloneses, deixou a Europa e dirigiu-se para nosso país.

Vinham atraídos pela propaganda feita pelo governo brasileiro, fugindo da miséria que atingiu os pequenos proprietários (principalmente da Itália), com a concentração de terras e o avanço da industrialização e do capitalismo.

No período de 1884 a 1903, mais de um milhão de italianos chegou ao Brasil dirigindo-se, a grande maioria, para o estado de São Paulo, encaminhados para o trabalho nas fazendas de café. O tratamento dos senhores - que não diferenciavam os imigrantes dos escravos -, as precárias condições de trabalho e de vida nas fazendas provocaram inúmeras revoltas e fugas para as cidades.

Em contraste com a dura realidade do campo, as oficinas localizadas nas proximidades das ferrovias e as incipientes fábricas atraíram os trabalhadores europeus. Localizadas no Rio de Janeiro e em São Paulo, nossas primeiras indústrias empregaram os imigrantes: homens, mulheres e crianças sujeitos às jornadas de trabalho intermináveis (14 a 16 horas) e às condições insalubres no trabalho das fábricas de tecidos (as mais numerosas).

Em 1900, aproximadamente 90% da força de trabalho industrial de São Paulo eram compostos de estrangeiros. "Em 1912, instalados os primeiros geradores elétricos na nascente indústria de São Paulo, existiam 31 fábricas têxteis que empregavam 10.184 trabalhadores, sendo 8.341 estrangeiros (cerca de 6.000 italianos)" (*). O número de trabalhadores brasileiros era reduzido porque o analfabetismo e o desconhecimento das atividades colocavam-nos em inferioridade de

(*) FOSTER DULLES, John W. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Editora Nova Fronteira, 1977.

condições diante dos estrangeiros - era o que alegavam os empregadores da época.

Entre os imigrantes europeus que se dirigiram para o Brasil vieram trabalhadores anarquistas e socialistas. Alguns haviam participado de movimentos de contestação política em seus países - principalmente os anarquistas. Muitos governos europeus forçaram a saída dos militantes anarquistas procurando conter os protestos radicais que se acentuavam e a onda de atentados que visavam à derrubada do poder constituído.

Os anarquistas, sonhando com a "felicidade e paz" das sociedades primitivas, defendiam o máximo de liberdade individual e combatiam o governo, a Igreja, os partidos políticos e o conceito de propriedade. Essas ideias tiveram pouca repercussão na Inglaterra e Alemanha, mas encontraram muitos seguidores na Itália, Espanha e Portugal.

Alguns anarquistas europeus emigraram e se estabeleceram na América, em colônias, onde procuraram realizar a utopia (seus projetos) de retorno às formas sociais que primavam pelo restabelecimento da liberdade e cooperação entre seus membros. Foi o caso de Artur Campagnoli, mestre na arte de escultura na Itália que se dirigiu para o Brasil e, em Guararema/São Paulo, estabeleceu-se numa velha fazenda com vários amigos russos, espanhóis, franceses e italianos. Iniciaram a experiência de plantações e produção coletivas. Desde a chegada (1888), tornou-se grande amigo dos habitantes da redondeza, cooperando e ajudando-os em suas dificuldades, além de divulgar os ideais anarquistas. O governo brasileiro, no início da República, quis deportá-lo pela propaganda de suas ideias, mas ele conseguiu escapar e viveu em São Paulo até 1944.

A Colônia Cecília, outro núcleo anarquista, nasceu na Itália. Foi idealizada por um grupo de pioneiros tendo como principal figura o engenheiro Giovanni Rossi. Em 20/02/1890 saíram do Porto de Gênova e dirigiram-se para o Brasil, onde fundaram uma colônia no Paraná. Estabeleceram-se numa área deserta e cercada por bosques e morros. Em 1891, viviam 150 pessoas na colônia, que enfrentou muitas dificuldades: a falta de experiência em trabalhos tão difíceis como a derrubada das matas, a construção de casas, a agricultura e principalmente o estabelecimento de normas sociais que regulassem a vida da comunidade, tiradas de discussões coletivas com os colonos.

A experiência da Colônia Cecília foi divulgada pela imprensa e atraiu muitas atenções e visitantes que lá conheceram uma sociedade igualitária. Os obstáculos foram muitos, mas os últimos integrantes da colônia só a abandonaram quando a polícia os expulsou. Muitos permaneceram na região, dividindo a experiência que tinham adquirido com os camponeses do local e propagando seus ideais.

III AS PRIMEIRAS ORGANIZAÇÕES OPERÁRIAS NO BRASIL

O MUTUALISMO

As primeiras associações de trabalhadores livres formadas em nosso país, no período colonial, tiveram caráter corporativo e estavam ligadas à Igreja. Elas deram início ao período mutualista da organização operária, predominando até aproximadamente 1888.

"O Mutualismo é uma relação social que implica, de um lado, em deveres, obrigações e prestações de serviço; e, de outro lado, em direitos, compensações e retribuições dentro de uma escala de valores socialmente aprovados" (*). O princípio da reciprocidade - onde todos contribuía e recebiam contribuições - era básico no funcionamento dessas entidades. Reuniam trabalhadores qualificados - ferreiros, marceneiros, funileiros, entalhadores, pedreiros, alfaiates, e estavam ligadas às irmandades religiosas, daí a denominação de Confrarias ou Irmandades. Tinham um Santo padroeiro e participavam obrigatoriamente de algumas procissões.

As Confrarias ou Irmandades funcionaram em grande número em Salvador, São Paulo, Olinda e Rio de Janeiro. Promoviam aprendizagem profissional e prestavam assistência médica, funerária e de socorros mútuos entre seus membros (irmãos ou confrades). O registro mais antigo dessas associações é de 1614, no Colégio dos Jesuítas, Salvador/Bahia, onde foi constituída a Confraria dos Oficiais Mecânicos.

(*) EVANGELHO LOPES, Carmen Lúcia. *O Que Todo Cidadão Deve Saber Sobre Sindicatos no Brasil*. Editora Global.

Os trabalhadores organizados em confrarias participavam de movimentos como a Revolta de Felipe dos Santos - Vila Rica/MG - em 1720 e a Conspiração dos Alfaiates - Salvador/BA - 1798. Reivindicavam melhores condições de trabalho, de salários e de vida. Após a Revolta dos Alfaiates foi aprovado o "Estatuto dos Trabalhadores".

A primeira Constituição brasileira (março de 1824) aboliu "todas as corporações de ofícios, seus juizes, escrivães e mestres". A lei, no entanto, não conseguiu impedir a organização dos operários que, ainda durante o Império, formaram as sociedades beneficentes, os montepios e as sociedades de auxílio mútuo. Aglutinaram-se também em associações carnavalescas - as Pás dos Lixeiros, os Toureiros dos Vendedores de Jornais, etc. (**)

Embora o objetivo maior dessas primeiras entidades fosse o assistencialismo, algumas delas já apresentavam - quase nunca registrado em seus estatutos - algum caráter reivindicatório. A Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco - instituída em 1836, mas instalada em 1841 (no Recife) - apresentou, na figura de seu presidente Teles Júnior, deputado na Câmara de Olinda em 1891, o primeiro projeto de lei limitando a jornada de trabalho em 8 horas/diárias. O projeto salientou a importância das horas restantes para a educação e o lazer dos trabalhadores. A atuação de Teles Júnior, além de demonstrar conhecimento das lutas operárias europeias, superou o assistencialismo, assumindo características reivindicatórias e de resistência.

Em 1853, começou a funcionar a Imperial Associação Tipográfica Fluminense. Desde sua fundação combateu o escravismo. Em 1858, utilizou o dinheiro de seus cofres para apoiar a greve dos tipógrafos do Rio de Janeiro, a primeira greve realizada no Brasil. No dia 09/01/1858, os grandes jornais - *Diário do Rio de Janeiro*, *Correio Mercantil* e *Jornal do Comércio* - não foram impressos. No dia seguinte, os trabalhadores em greve publicaram o *Jornal do Tipógrafo*, denunciando a intransigência dos patrões em atender as reivindicações da categoria! Em seu 14º número o jornal divulgou o papel que os operários gráficos iriam assumir "na luta contra a opressão e a exploração do homem pelo homem". Este movimento terminou com a vitória dos grevistas.

(**) MARAN, Sheldon Leslie. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro*. Editora Paz e Terra, 1979.

A atuação da Associação Tipográfica Fluminense, assim como a do "Centro Coletivo da União Operária" - formado em 1880/RJ - que se definia como um órgão representativo e não beneficente, demonstra a superação do mutualismo.

Ao assumirem o papel de representantes dos trabalhadores na luta por seus direitos fundamentais, revestiram-se de novas características que foram se acentuando à medida que a industrialização e, com ela, a classe operária se desenvolvia. Essas associações intermediárias entre as do tipo mutualista puro e as do tipo reivindicatório (formadas no final do século) instalaram o "socorro mútuo", o auxílio-desemprego, as pensões, os montepios, o seguro para invalidez, formas pioneiras de assistência social no Brasil. (*)

O PRIMEIRO DE MAIO NO BRASIL

As origens do 1º de Maio

No início do século XIX, a luta dos operários pela redução da jornada de trabalho difundiu-se na Europa e nos EUA.

Em 1817, o industrial inglês Robert Owen resolveu fazer sua fábrica funcionar em jornadas de 8 horas/diárias de trabalho. Indagado sobre a adoção dessa medida e seus efeitos na produção e na geração de lucros, ele respondeu com a obra *Catecismo*, onde expunha as razões das 8 horas/diárias.

1º) Porque essa é a duração de trabalho mais longa que a espécie humana - levando em conta o vigor médio e dando aos fracos o mesmo direito de resistência que os fortes - pode suportar continuando com boa saúde, inteligente e feliz;

2º) Porque as descobertas modernas da química e da mecânica eliminam as necessidades de maior esforço físico;

(*) EVANGELHO LOPES, Carmen Lúcia. *O Que Todo Cidadão Deve Saber Sobre Sindicatos no Brasil*. Editora Global.

3º) Porque oito horas de trabalho e boa organização podem criar superabundância de riqueza para todos;

4º) Porque ninguém tem o direito de exigir de seus semelhantes quantidade de esforço superior à requerida pela sociedade, simplesmente para se enriquecer às custas dos pobres;

5º) Porque o verdadeiro interesse de cada um dos seres humanos é que todos tenham saúde, inteligência, felicidade e riquezas.”

O pensamento de Owen - assim como suas ações - diferenciavam-no dos outros industriais. Ele foi um socialista utópico - tentou encontrar formas conciliatórias de convivência do capital com o trabalho, preservando a felicidade e o bem-estar da classe operária. Não conseguiu alcançá-las, mas a experiência da adoção da jornada de oito horas e o documento escrito por ele repercutiram intensamente nos centros industriais.

Em 1829, ocorreram em Nova Iorque as primeiras manifestações pelas 8 horas que foram, ano a ano, ganhando forças.

Em 1850, a criação das grandes ligas de Oito Horas, principalmente no norte dos EUA, levou à intensificação do movimento. A limitação da jornada em 8 horas/diárias, além de representar melhores condições de vida para os operários, possibilitaria também a abertura de novos empregos, combatendo o desemprego que se agravava com a chegada de grande número de imigrantes europeus aos EUA.

Até 1886, os operários conseguiram a limitação da jornada a 8 horas/diárias em 19 estados dos EUA que cumpriam a lei aprovada em 25/06/1868. Era preciso estender a conquista a todo o território. A Federação Norte-Americana do Trabalho (AFL), no seu congresso de 1884, decretou que, a partir de 1º de Maio de 1886, fosse considerada normal a jornada diária de 8 horas e automaticamente paralisados os serviços nas localidades em que essa determinação não fosse cumprida. Estabeleceu também que seria decretada greve geral em 1º de maio de 1886, como forma de pressão pela jornada de 8 horas.

Chicago, segunda cidade industrial norte-americana, era também o centro do anarquismo nos EUA. Circulavam jornais anarquistas em língua alemã, dirigidos por August Spies e Michel Schwab, procurando atingir o grande número de imigrantes germânicos e, em língua inglesa, sob a direção de Albert Parsons - líder sindical de grande prestígio.

Os operários preparavam-se para o 1º de maio. Reinava nas ruas de Chicago um grande silêncio. As fábricas, os transportes e o comércio estavam parados. Mas os jornais anarquistas eram vendidos. No editorial do *Mail*, jornal ligado aos industriais, "circulam livremente nesta cidade dois perigosos cafajestes, dois canalhas que querem criar desordens. Um chama-se Spies, o outro (...) Parsons. Vigiai-os, segui-os; considerai-os responsáveis se acontecer alguma coisa. E, se algo suceder, eles que paguem por isso".

O silêncio foi rompido por uma grande passeata, tendo à frente Parsons, sua mulher e filha, cercados por outros importantes líderes sindicais e seguidos pelos operários que, em trajés típicos de suas terras de origem, marchavam unidos. A passeata terminou num grande comício que se encerrou em clima pacífico.

No dia 3, a greve continuava em muitos estabelecimentos. Diante da fábrica McCormick Harvester, a polícia atirou contra um grupo de operários, sem advertência alguma, matando seis e ferindo cinquenta. A raiva e a dor cresciam nos corações dos trabalhadores, que marcaram para o dia seguinte nova manifestação onde pretendiam reafirmar o caráter ordeiro e pacato da greve.

Spies, Parsons e Sam Fielden foram os oradores na concentração, que contou com a autorização e presença do prefeito de Chicago. Mas, por volta das 22 horas, quando os manifestantes se dispersavam sob forte chuva, 180 policiais atacaram com violência, espancando, pisando e ferindo inúmeros trabalhadores. Neste instante, uma bomba foi lançada, não se sabe de onde, caindo sobre os policiais - alguns morreram e a maioria ficou ferida. Os reforços policiais que chegaram ao local atiraram em todas as direções, matando e ferindo inúmeros operários e suas famílias.

Nos dias seguintes o terror tomou conta da cidade - toque de recolher, invasão das casas com espancamentos e prisões de operários, principalmente das lideranças anarquistas.

Os jornais ligados à burguesia concentraram seus ataques nos anarquistas - os "terroristas vermelhos". Spies, Fielden, Neeb, Fischer, Schwab, Lingg e Engel - líderes sindicais - foram presos e levados a julgamento. O encaminhamento político dado ao processo, procurando atingir o anarquismo, levou à falsificação de provas e de testemunhas que possibilitaram, em curto espaço de tempo, a condenação dos principais líderes. O verdadeiro sentido desse

tribunal foi revelado nas palavras de um dos jurados: "Que sejam enforcados. São homens demais desenvolvidos, demais inteligentes, demais perigosos para os nossos privilégios".

A sentença foi lida em 9 de outubro - Parsons, Engel, Fischer, Lingg e Spies foram condenados à morte; Fielden e Schwab, à prisão perpétua e Neeb a 15 anos de prisão.

No dia 11 de novembro, Spies, Engel, Fischer e Parsons foram enforcados. Lingg havia se suicidado na prisão. Nos locais de trabalho, correram lágrimas silenciosas pelos companheiros que morriam. Seis mil trabalhadores carregaram os corpos dos mártires de Chicago.

Seis anos depois, o governador de Illinois - Atgeld - pressionado pela persistente onda de protestos contra a iniquidade do processo, anulou a sentença, libertou os sobreviventes e acusou de infâmia o juiz, os jurados e as falsas testemunhas.

Em 1889, representantes operários reunidos no Congresso Socialista Internacional (II Internacional), em Paris, decidiram adotar o 1º de Maio como data símbolo de suas lutas. Homenageavam, desta forma, os companheiros que, em Chicago/1886, deram suas vidas na defesa da jornada de 8 horas de trabalho.

O 1º de Maio no Brasil

As notícias que hoje possuímos sobre as primeiras manifestações de 1º de Maio no Brasil são poucas e fragmentadas.

Podemos associar, ainda que indiretamente, uma reunião realizada em São Paulo, no dia 15 de junho de 1890 no salão do teatro São José, às manifestações comemorativas do 1º de Maio no mundo. Alguns ativistas políticos, pretendendo formar um partido operário, elegeram uma Comissão composta por Francisco Cascão, Miguel Ribeiro e Carlos Hermida para elaborar um programa, cujo segundo ponto dizia: "Promover a fixação de oito horas de trabalho". O partido

desapareceu, mas foi a primeira expressão do movimento de trabalhadores pelas 8 horas/diárias.

Em 1891, circulou o único número de um jornal intitulado *1º de Maio*. Em Pernambuco, Teles Júnior, deputado estadual, apresentou um projeto reduzindo a oito horas a jornada de trabalho no estado. O projeto foi rejeitado.

Em 1892, em São Paulo, circulou o único número de um outro jornal, editado em italiano - *1º di Maggio*. No Rio de Janeiro, nesse mesmo ano, tentou-se novamente criar um partido operário, que ficou conhecido como Partido Operário do Brasil. No artigo 26 de seu programa, apresentava a limitação da jornada de trabalho em 8 horas/diárias, com diminuição nas indústrias nocivas à saúde e o limite de 5 horas para o trabalho noturno.

Em 1894, socialistas e anarquistas, reunidos na Segunda Conferência dos Socialistas Brasileiros, realizada em São Paulo, no mês de abril, decidiram aprovar as resoluções do Congresso de Paris/1889 e marcaram manifestações para o 1º de Maio. Nada puderam fazer naquele ano porque a polícia interrompeu a reunião, levando-os presos. Tudo indica que o cônsul italiano denunciou os ativistas políticos.

Santos, a primeira cidade a comemorar o 1º de Maio

Em 1895, por iniciativa do Centro Socialista fundado por Silvério Fontes, Sóter Araújo e Carlos Escobar, ocorreu a primeira reunião comemorativa do 1º de Maio. Presume-se que a reunião tenha ocorrido em local fechado, evitando as investidas policiais.

Até o final do século, ocorreram outras tentativas, em locais diferentes do país, procurando reunir os operários no dia 1º de Maio.

A partir de 1900 cresceram os obstáculos e a repressão policial às tentativas de organização dos trabalhadores. Todavia, o

desenvolvimento industrial, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, levou ao crescimento da classe operária e da resistência às péssimas condições de trabalho predominantes. Movimentos grevistas sucederam-se, ainda que desordenadamente e em pontos isolados.

Em 1906, com o avanço das lutas operárias, criaram-se as condições para o surgimento de uma estrutura estável de orientação e coordenação do movimento operário. A Federação Operária do Rio de Janeiro convidou dezenas de sindicatos de diversos Estados para participarem do 1º Congresso Operário Brasileiro que, entre outras decisões, assumiu a luta pela limitação de jornada em 8 horas de trabalho. Marcou manifestações para o 1º de Maio de 1907 quando se pretendia, publicamente, homenagear os mártires de Chicago, reafirmando o caráter de dia de luta da classe operária.

1º de Maio de 1907 - a polícia proibiu a reunião dos operários paulistas na Praça da Sé. A Federação Operária convocou uma reunião em sua sede que ficou lotada. Discursos inflamados levantaram a necessidade da greve para conseguir vencer a resistência dos patrões à redução da jornada. Muitas cidades do interior enviaram notas de apoio ao operariado paulista.

Três dias depois, os metalúrgicos começaram a parar e, em poucos dias, novas categorias entraram no movimento grevista.

No dia 3 de maio, na cidade de São Paulo, trabalhadores de duas fundições reivindicaram a redução da jornada de trabalho para 8 horas/diárias e foram atendidos. Essa vitória mobilizou os operários da construção civil, da alimentação e metalúrgicos, que tentaram obter a redução da jornada para 8 horas/diárias e aumentos salariais. A resistência dos patrões levou ao movimento grevista. Os têxteis, os sapateiros, os gráficos e parte dos trabalhadores da limpeza pública aderiram à greve. Apesar da repressão, alguns trabalhadores gráficos e da construção civil obtiveram o atendimento de suas reivindicações.

Em 1907, a classe operária de São Paulo conseguiu, ainda que para um limitado número de trabalhadores, a conquista da jornada de 8 horas/diárias de trabalho. (*)

(*) Texto baseado em DEL ROIO, José Luiz (org. Centro de Memória Sindical). *1º de Maio - Cem Anos de Luta - 1886/1986*.

IV O AVANÇO DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO DOS TRABALHADORES

A INFLUÊNCIA ANARQUISTA E O ANARCOSSINDICALISMO

Antecedentes: a industrialização e a formação da classe operária

A industrialização brasileira iniciou-se nos últimos anos do século passado. A produção e a comercialização do café geraram capital que permaneceu em nosso país e foi investido nas atividades industriais.

Até 1888, a produção fabril submeteu-se às idas e vindas das exportações agrícolas, mas, a partir daí, o crescimento econômico passou a ser impulsionado por empresários nacionais visando atender a um mercado interno que se ampliava, criando espaço - ainda que limitado - para o desenvolvimento industrial.

Aproximadamente em 1890, instalaram-se as primeiras fábricas destinadas à produção de bens de consumo e de bens intermediários. Seus proprietários eram fazendeiros, donos de bancos ou estradas de ferro e, principalmente, empresários ligados ao comércio externo.

A 1ª Guerra Mundial, restringindo as exportações europeias, acelerou o processo. "Se, em 1907, havia no país 3.258 estabelecimentos fabris - 33% no Rio de Janeiro; 16,5% no estado de São Paulo e 14,9% no Rio Grande do Sul -, em 1920 já existiam 13.376 fábricas, passando a liderança para São Paulo. O operariado, constituído em sua imensa maioria por imigrantes, atingiu 275.000 trabalhadores. As indústrias instaladas eram do tipo tradicional: alimentos (40,2%) - têxteis (27,6%) - vestuário e objetos de tocador (8,2%). Não se desenvolveu a industrialização de bens de capital (máquinas e equipamentos).

A General Motors e a Ford Motor Company criaram em São Paulo instalações para a montagem de carros, trazendo da matriz as peças necessárias." (*)

(*) CÂNDIDO FILHO, José. *O Movimento Operário: O Sindicato e o Partido*. Editora Vozes, 1982.

As atividades industriais cresceram e com elas cresceu também o proletariado urbano. Só no setor têxtil, o mais expressivo na época, o número de operários quadruplicou entre 1900 e 1920.

O crescimento industrial era desordenado e em nada contribuiu para a melhoria da vida dos trabalhadores. As fábricas eram instalações precárias e insalubres, consumindo a saúde e vida dos operários em jornadas de 12 a 16 horas/diárias. Os salários não possibilitavam sequer a aquisição dos alimentos básicos para a família operária.

A exploração do trabalho da mulher e do menor, frequentemente maltratados pelos chefes, provocou inúmeros protestos dos trabalhadores.

As condições de moradia nos bairros operários eram extremamente difíceis, não existia água encanada, esgotos, iluminação e outros serviços públicos essenciais.

Apesar das condições adversas, a classe operária cresceu com a industrialização. Como já vimos, grande parte dos trabalhadores empregados nos estabelecimentos industriais era imigrante. Entre eles havia alguns militantes europeus que tiveram papel fundamental na organização da resistência operária à exploração e miséria que marcaram os momentos iniciais de nossa industrialização.

A influência anarquista - o anarcossindicalismo

A palavra anarquia vem do grego (an=sem e arquia=governo) e significa a extinção total do Estado ou a ausência total de governo constituído. Os principais teóricos anarquistas foram: Miguel Bakunin, Pedro Kropotkin, Errico Malatesta e Eliseu Reclus.

O movimento anarquista chegou ao Brasil com os imigrantes italianos, espanhóis e portugueses. Junto ao movimento operário brasileiro, o anarcossindicalismo foi a corrente de maior influência nas duas primeiras décadas do século XX. Pregava a neutralidade política dos sindicatos, a ação direta, a greve geral e a substituição do Estado pelas federações de trabalhadores, que

produziriam segundo suas capacidades e consumiriam segundo suas necessidades. O sindicalismo revolucionário, resultante da adoção desses métodos, levou a uma rápida animação do movimento operário e à intensificação do movimento grevista.

Os primeiros grupos e associações anarcossindicalistas foram formados ainda no final do século XIX, por influência direta dos imigrantes europeus. Eram as ligas ou uniões de resistência, as sociedades operárias, as ligas operárias, as uniões operárias, os centros operários ou cosmopolitas. Essas associações diferiam das existentes anteriormente (mutualistas) porque tinham como proposta a luta pela conquista dos direitos trabalhistas como forma de resistir ao capital. As próprias denominações evidenciavam o caráter de luta, de resistência e de união que caracterizaram estas entidades. Algumas delas chegaram a agrupar várias categorias profissionais (uniões de ofícios vários) na luta em defesa dos seus interesses.

No início do século XX, as organizações sindicais proliferaram por todo o país. Só em 1903, na cidade de São Paulo, foram criados os sindicatos dos chapeleiros, dos têxteis, dos pedreiros, dos sapateiros, dos gráficos e dos metalúrgicos. Este processo estendia-se pelos principais centros industriais do país como: Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre.

Embora ainda pouco significativa numericamente, a classe operária nascente

se organizava para conquistar seus direitos. Foram frequentes as manifestações contra as péssimas condições de trabalho e de vida da época.

Frente às novas propostas de organização operária que surgiam, as classes dominantes pressionaram o governo para que criasse uma legislação que permitisse "controlar" as manifestações operárias.

Em 1907, o decreto nº 1.637 permitia a criação de Sociedades Cooperativas e Sindicatos Profissionais que podiam "constituir-se livremente sem autorização do governo e previa a criação de sindicatos integrais, isto é, sindicatos que se constituiriam com o espírito de harmonia entre patrões e operários, ligados a conselhos permanentes de conciliação e arbitragem, destinados a dirimir as divergências e contestações entre o capital e o trabalho".

Reconhecendo a presença significativa dos imigrantes anarquistas nas organizações sindicais da época e na tentativa de aumentar as dificuldades para a criação e manutenção das associações operárias, foi aprovado o decreto nº 1.641, também conhecido como "Lei Adolfo Gordo". Este decreto, que tramitava desde 1904, foi aprovado em 7 de janeiro de 1907 e cerceava a liberdade de pensamento e de organização, impedindo a participação de estrangeiros na formação de organizações operárias. Inúmeros militantes operários foram expulsos do Brasil e brasileiros foram confinados nos seringais do Acre (Colônia Cleveland) em consequência deste decreto, cujo artigo 1º dizia: "o estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometer a segurança nacional ou a tranquilidade pública pode ser expulso de parte ou de todo o território nacional".

O anarcossindicalismo adotava a greve como uma das principais instâncias de luta, provocando, na época, uma verdadeira onda grevista. A intensidade dessas greves que ocorreram por todo o país, reivindicando, entre outras coisas: reconhecimento de reunião e de greve, aprovação de leis em defesa dos direitos da mulher e do menor, a limitação da jornada em 8 horas e o estabelecimento de um salário mínimo, fez com que o governo se preocupasse em legislar sobre as relações de trabalho.

A LEGISLAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL ATÉ 1930

Com a transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro iniciou-se a legislação brasileira sobre as relações de trabalho:

1810 - Decreto regulamentando o salário dos trabalhadores em manufaturas no Rio de Janeiro.

1813 - Decreto estabelecendo que alguns trabalhadores de manufaturas (chamados jornaleiros - contratados por jornada), no Rio de Janeiro, tivessem seus direitos iguais aos de Lisboa.

1891 - (Janeiro) - Decreto regulamentando o trabalho de menores de 12 anos na capital federal, "a título de aprendizado, nas fábricas de tecido aos que se achavam compreendidos entre aquela idade e os 8 anos completos".

1903 - Direito dos trabalhadores do campo se reunirem em sindicatos (contrariando o que aconteceu nos outros países, onde os trabalhadores de indústrias localizadas nas cidades conseguiram primeiro essa conquista).

1904 - Dispõe sobre os acidentes ocorridos a operários no exercício de suas profissões e a respectiva indenização.

1907 - Direito de sindicalização a todos os profissionais.

1917 - Regulamentação do trabalho da mulher e do menor. Fixou idade mínima de 12 anos para contratação e proibiu o trabalho noturno, tanto para a mulher como para o menor. Essa regulamentação ocorreu com a reforma do serviço sanitário.

1919 - (Janeiro) - Decreto fixando obrigações patronais em acidentes de trabalho.

1919 - O sindicato da construção civil do Rio de Janeiro foi o primeiro a "decretar" de fato a jornada de trabalho de 8 horas/diárias para toda a categoria.

Lei nº 1309 - Estado da Bahia - determinou a fixação em "8 horas o dia de trabalho para todos os estabelecimentos industriais do Estado ou por ele subvencionados".

1923 - Regulamentado o Conselho Nacional do Trabalho - órgão encarregado de organizar uma legislação do trabalho (projeto de Maurício de Lacerda, na Câmara dos Deputados, em 1918).

Lei Eloy Chaves - Ferroviários conseguiram as Caixas de Aposentadoria e Pensões.

1925 - (Dezembro) - Direito de 15 dias de férias remuneradas.

1927 - Decreto 17.943-A - Leis de assistência e proteção aos menores - chamado de Código de Menores.

V - OS SOCIALISTAS E A SUA ATUAÇÃO

Entre os imigrantes socialistas que desembarcaram no Brasil encontravam-se muitos italianos contrários à implantação da Monarquia em seu país. Como ocorreu com os anarquistas, foram presos e acabaram deixando sua terra natal.

Unindo-se aos intelectuais brasileiros admiradores do socialismo tentaram - em inúmeras ocasiões - fundar um partido político para os trabalhadores. Encontravam a oposição dos anarquistas que, dominando o movimento operário, criticavam duramente a formação e atuação nos partidos políticos.

"O primeiro artigo sobre o socialismo foi publicado no Brasil, em 1871, no jornal *Seis de Março* (defensor de ideias republicanas), editado em Recife - famosa por sua faculdade de Direito e pelos laços que mantinha com a Europa. Tobias Barreto, professor da Faculdade de Direito do Recife, em discurso de colação de grau de uma de suas turmas - citou pela primeira vez Karl Marx e a sua obra *O Capital* - e, referindo-se a Marx, considerou-o o mais ousado pensador da ciência econômica no século XIX." (*)

Vinculados à II Internacional - 1889 -, os socialistas brasileiros fundaram, em Santos, o Círculo Socialista dirigido por Silvério Fontes, que editava o jornal *A Questão Social*. Em 1890, os socialistas organizaram, no Rio de Janeiro, o Partido Operário, que editou o jornal *Eco Popular*. Num encontro em 1892, que se tornou conhecido como o 1º Congresso Socialista, fundaram o Partido Operário do Brasil.

O 1º de Maio de 1895, organizado pelos socialistas de Santos, foi a primeira iniciativa de homenagem pública realizada no Brasil - ainda que em recinto fechado - aos mártires de Chicago.

Em 1902, foi realizado o 2º Congresso Socialista Brasileiro na capital paulista, Silvério Fontes e 43 delegados de diversos estados fundaram o Partido Socialista Brasileiro - que desapareceu pouco tempo depois. O mesmo ocorreu com outros partidos socialistas que não encontraram condições objetivas de atuação.

Silvério Fontes, Carlos Escobar, Antonio Piccarolo, Alcebiades Bertolotti e Everardo Dias foram socialistas que se distinguiram pela contribuição atuante que deram à causa operária. Acreditavam

(*) FOSTER DULLES, John W. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Editora Nova Fronteira, 1977.

na socialização dos meios de produção e defendiam a criação de um partido que, através da atuação parlamentar, obteria conquistas em benefício dos trabalhadores.

Assim como os anarquistas, os socialistas desempenharam um papel importante na formação das primeiras organizações operárias.

VI OS CONGRESSOS E AS GREVES

CONGRESSOS OPERÁRIOS

O crescimento numérico do operariado brasileiro, a série de manifestações que vinham ocorrendo desde a abolição da escravatura e o surgimento de inúmeras entidades sindicais levaram a uma proposta de realização do 1º Congresso Operário Brasileiro.

O 1º Congresso Operário Brasileiro

Data: 15 a 30/04 de 1906.

Local: sede do Centro Galego - Rio de Janeiro.

Entidades representantes e estados: 37 entidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Alagoas, Bahia e Minas Gerais.

Principais decisões:

Criação da Confederação Operária Brasileira (estruturou-se em 1908) - nos moldes da CGT Francesa;

Publicação do jornal *A Voz do Trabalhador* - editado em 1908;

- ✓ Adoção dos sindicatos (associações de resistência) como principal base de atuação conjunta dos operários;
- ✓ Exclusão da atuação em partidos políticos;
- ✓ Adoção da "ação direta" - das greves, boicotes, manifestações e denúncias públicas como meio eficaz de encaminhamento das lutas operárias;

- ✓ Aprovação e incentivo da retomada do caráter de luta nas manifestações de 1º de Maio;
- ✓ A luta pela jornada de 8 horas/diárias;
- ✓ Organização das mulheres em sindicatos de resistência, livremente unidos aos sindicatos congêneres masculinos.

O Congresso Operário de 1912

Foi iniciativa do governo do presidente Hermes da Fonseca visando desarticular o movimento sindicalista mais organizado, e autodenominou-se 4º Congresso Operário Brasileiro, misturando os Congressos Socialistas de 1892 e 1902 com o Congresso Operário de 1906.

Data: 7 a 15/11 de 1912.

Local: Palácio Monroe no Rio de Janeiro.

Entidades representadas: 74 sindicatos, federações e grupos político-partidários.

Principais decisões:

- ✓ Criação de um partido político: "Confederação Brasileira do Trabalho - Partido Operário", indicando Mário Hermes (filho do presidente Hermes da Fonseca) como seu presidente de honra.
- ✓ Adoção das cooperativas, em lugar dos sindicatos, na organização dos trabalhadores.

2º Congresso Operário Brasileiro

Organizado em resposta à realização do congresso de 1912.

Data: 8 a 13/10 de 1913.

Local: sede do Centro Cosmopolita, Rio de Janeiro.

Entidades representadas: 2 federações estaduais, 5 federações locais, 52 sindicatos, sociedades e ligas e 4 jornais de várias cidades, representado 8 estados brasileiros.

Principais decisões:

- ✓ Confirmou os sindicatos de resistência como base de união dos trabalhadores;
- ✓ Manteve excluída a atuação em partidos políticos;
- ✓ Repudiou a guerra com declaração de greve geral, caso ocorresse a eclosão da 1ª Guerra Mundial.

3º Congresso Operário Brasileiro

Data: 23/03 a 3/04 de 1920.

Local: sede da União dos Operários em Fábricas de Tecidos, no Rio de Janeiro. Entidades representadas: 85 organizações representando 11 estados brasileiros.

Principais decisões:

- ✓ Organização dos trabalhadores de cada localidade em sindicatos de resistência, constituindo-se sindicatos de ofícios vários - caso o número de trabalhadores fosse insuficiente para formar associações autônomas;
- ✓ Envio de "saudação fraterna ao proletariado russo, que tinha levantado bem alto a chama viva da revolução, abrindo com esta o caminho da felicidade e libertação dos trabalhadores de todo o mundo";
- ✓ Solidariedade à III Internacional.

AS GREVES

A luta dos trabalhadores contra a exploração foi constante. Mas, enquanto existiu a escravidão no país, o movimento operário não adquiriu características próprias.

O aumento numérico do operariado e o agravamento das contradições entre os trabalhadores e os empresários, provocaram inúmeros movimentos grevistas. No século XX, a luta operária saiu dos locais de trabalho e ganhou as ruas... As reivindicações foram se avolumando e assumindo características de confronto entre o capital e o trabalho.

1906: a greve em São Paulo

Categorias envolvidas: ferroviários da Companhia Paulista (iniciadores), ferroviários da Mogiana, gráficos, sapateiros, chapeleiros e trabalhadores nas indústrias mecânicas.

Reivindicações: movimento contrário às modificações introduzidas pela Cia. Paulista que produziram perdas salariais e desemprego entre os operários. Os trabalhadores não conseguiram atendimento de suas reivindicações.

1907: a greve geral em São Paulo

Categorias envolvidas: metalúrgicos, construção civil, alimentação, gráficos, sapateiros, têxteis e parte dos trabalhadores em limpeza pública.

Reivindicações: redução da jornada de trabalho para 8 horas/diárias e aumentos salariais. Trabalhadores gráficos e da construção civil conseguiram a redução da jornada.

O grande número de trabalhadores envolvidos nesta greve, as atitudes assumidas pelo patronato, pelo governo e o caráter de confronto entre capital e trabalho, colocaram esta greve como marco nos conflitos trabalhistas brasileiros.

1908

Categorias envolvidas: operários nos serviços de gás do Rio de Janeiro, estradas de ferro de Pernambuco, têxteis de São Paulo, alimentação e portuários em Santos.

Reivindicações: a jornada de 8 horas encabeçava as listas de reivindicações operárias.

Manifestação contra a mobilização militar decretada em decorrência de conflitos fronteiriços que envolveram o Brasil e a Argentina - reuniram-se 10 mil trabalhadores no Rio de Janeiro.

1910: a Revolta da Chibata

Categoria envolvida: marinheiros que receberam manifestações de solidariedade da Confederação Operária Brasileira.

Reivindicação: extinção dos castigos corporais que ainda existiam na Marinha.

O movimento obteve êxito - foram abolidos os castigos corporais.

1912: o 1º de Maio pela jornada de 8 horas e contra a carestia - São Paulo

Categorias envolvidas: sapateiros e têxteis.

Reivindicações: jornada de trabalho de 8 horas e aumentos salariais.

Sapateiros: conseguiram 10% de aumento e jornada de 8 horas e meia.

1914-1915

Período marcado pelo início da 1ª Guerra Mundial (1914 a 1918). Os dirigentes anarcossindicalistas, contrários à guerra, defenderam a paz e promoveram manifestações que tentaram impedir a entrada do Brasil no conflito.

As lideranças operárias promoveram, em 1915, o 1º de Maio pela Paz. Criaram comissões e realizaram congressos pela preservação da Paz.

1917: a greve geral em São Paulo

A situação de miséria em que se encontrava o operariado paulista em 1917, provocada pelos baixos salários e pelo enorme desemprego, mobilizou os trabalhadores a entrarem em claro confronto com o patronato. Explodindo em São Paulo, espalhando-se pelo interior do estado e pelo resto do país, o movimento grevista durou 35 dias e assumiu proporções de greve geral com características econômicas e políticas.

Categorias envolvidas: têxteis, metalúrgicos, gráficos, transportes coletivos, construção civil, vidreiros, carroceiros, lixeiros, fósforos, moagem, calçados, alimentos, cerâmica e alfaiates. Além da capital, ocorreram paralisações em Campinas, Sorocaba, Jundiaí, Ribeirão Preto, Santos, Rio Claro e São Carlos.

Reivindicações: jornada de 8 horas/diárias e semana inglesa (trabalho aos sábados somente pela manhã);

- ✓ Aumento De, No Mínimo, 25%;
- ✓ Aumento De 50% Para Trabalho Extraordinário;
- ✓ Pagamentos Efetuados A Cada 15 Dias - Sem Atrasos;
- ✓ Regulamentação Do Trabalho, Legislação Para O Menor;
- ✓ Reconhecimento Do Direito De Associação Dos Operários;
- ✓ Liberdade Para Os Detidos Na Greve.

Os patrões, diante da extensão e da duração do movimento, aceitaram as reivindicações, mas não as cumpriram. A repressão culminou com a expulsão de militantes estrangeiros, com o confinamento de brasileiros na Colônia Cleveland e com a prisão e espancamento de vários operários.

1918: a greve no Rio de Janeiro

Categorias envolvidas: gráficos, sapateiros, têxteis, carroceiros, trabalhadores da Light e da Cia. Cantareira e da Viação Fluminense.

Reivindicações: A miséria dos trabalhadores do Rio de Janeiro foi agravada pela epidemia de gripe espanhola que fez inúmeras vítimas entre os operários. Aumentos salariais e a jornada de 8 horas/diárias mobilizaram o operariado. Os movimentos grevistas terminaram sob intensa repressão, expulsão de estrangeiros e prisão de lideranças brasileiras.

1919: a fundação do Partido Comunista Anarquista

As notícias que chegavam ao Brasil sobre a Revolução Russa de 1917 eram desencontradas e contraditórias. Afirmavam alguns que Lênin era um espião alemão, outros que ele havia sido preso e por alguns era citado como chefe dos bolcheviques, partido anarquista!!!

Essas notícias chegavam ao Brasil num momento em que as manifestações operárias estavam nas ruas. A desinformação associada à expectativa gerada pelos acontecimentos provocou a formação do Partido Comunista Anarquista, em 9/03/1919, no Rio de Janeiro, liderado por José Oiticica.

São Paulo aderiu à ideia fundando a Liga Comunista e marcou-se para 22 e 23/06 o Congresso do Partido, que deveria realizar-se na sede do Centro Cosmopolita. Devido às dificuldades com a polícia, os delegados de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Rio de Janeiro reuniram-se em Niterói.

A imprensa operária divulgou a realização da 1ª Conferência Comunista do Brasil, noticiando o que tinha ocorrido no encontro. Os delegados aprovaram que o Partido admitia como militantes: anarquistas, socialistas e todos os que aceitassem o comunismo social.

À medida que as notícias chegavam, evidenciando que os bolcheviques eram marxistas e não anarquistas, acentuavam-se as divergências entre as diferentes correntes políticas.

1922: a fundação do PCB

De 1917 a 1920 as manifestações grevistas foram constantes e de grandes proporções. Todavia a grande mobilização não representou vitórias efetivas para os trabalhadores. Muitos militantes repensaram a atuação, provocando o surgimento de divergências entre os anarquistas. As notícias que chegavam da Europa sobre a grande conquista do proletariado russo em 1917 animaram alguns militantes a fundar as primeiras ligas comunistas no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco, São Paulo e Minas Gerais.

Em 1922, o grupo comunista do Rio de Janeiro passou a editar a revista *Movimento Comunista* na tentativa de unificar os núcleos comunistas já existentes e incentivar a criação de novos grupos. Procurou também iniciar as discussões sobre os princípios e o programa da Internacional Comunista (1919), que propunha a unificação de todas as unidades sindicais locais, nacionais e internacionais.

Nos dias 25, 26 e 27 de março de 1922 realizou-se, em Niterói, o Congresso da Fundação do Centro do Partido Comunista do Brasil. Dele participaram nove delegados representando os grupos já existentes. Os nove fundadores do Partido Comunista do Brasil (PCB), como passou a ser chamado após a publicação de seus estatutos, foram: Abílio de Nequete (barbeiro), Astrojildo Pereira (jornalista), Hermogênio Silva (eletricista), José Elias da Silva (funcionário público), Joaquim Barbosa (alfaiate), João Jorge da Costa Pimenta (gráfico), Luiz Peres (vassoureiro), Cristiano Cordeiro (funcionário público) e Manuel Cendón (alfaiate). Exceto Manuel Cendón que era socialista, todos os outros eram ex-militantes anarquistas.

Durante o Congresso de fundação foram aprovadas as 21 condições de filiação à III Internacional, sendo eleita uma Comissão Central Executiva, ocupando a Secretaria Geral Abílio de Nequete.

Os comunistas, contrários ao capitalismo, à propriedade privada dos meios de produção e à divisão da sociedade em classes sociais, consideram fundamental a utilização de todos os meios possíveis para a derrubada do sistema capitalista. A fundação de um partido político torna-se, segundo os comunistas, uma necessidade para organizar e dirigir a classe operária na tomada do poder.

Colocando em prática os princípios do PCB, seus militantes desenvolveram estudos para elaborar um programa nacional de atuação. O movimento operário, sofrendo intensa repressão, estava desarticulado e os comunistas propuseram a organização de sindicatos por indústrias e a formação de uma central sindical, chegando mesmo a constituir a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (1929). Defenderam também a participação nas eleições com candidatos próprios ou aliando-se a candidatos identificados com a luta operária.

A fundação do PCB representou cisão no movimento operário brasileiro. Sua influência cresceu nos principais sindicatos dos grandes centros industriais do país.

Atuando desde 1922, legal ou clandestinamente, o PCB é o partido de existência mais antiga na vida política nacional.

VII - A MILITÂNCIA OPERÁRIA

O movimento operário sofreu intensa repressão durante a 1ª República (1889 a 1930). A participação ativa nas lutas pela conquista dos direitos mais elementares dos trabalhadores significou para muitos estrangeiros a expulsão de nosso país. Para os brasileiros, perseguições, espancamentos, prisões e, até mesmo, o confinamento na Colônia Cleveland (no Acre). Reproduzimos um texto de Everardo Dias, testemunhando as difíceis condições de vida e violências que sofriam os militantes da época:

"O que é ser um militante

Cinco anos...

Quem há que resista?...

Que organismo, que nervos, que cérebro podem resistir a um período de cinco anos de luta emocional e intensa?

Cinco anos a ser preso, perseguido, ameaçado, procurado, seguido, revistado...

Cinco anos a não ter certeza do dia seguinte, da sua segurança pessoal, da inviolabilidade do seu lar...

Cinco anos a procurar colocações e a perdê-las, a sofrer prisões de semanas, meses ou anos, a devassas e buscas constantes em sua habitação, submetido a inquéritos os mais absurdos e sofrendo ameaças as mais monstruosas, desde a deportação para regiões maléficas da Amazônia, até o fuzilamento...

Cinco anos de existência incerta, atribulada, suspeitosa, sem poder parar em parte alguma como o Ashaverus da lenda...

Cinco anos de prisões vexatórias, pelo menor motivo, em cárceres imundos, equiparado a ladrões, vadios e malandros de toda espécie, com os quais se é obrigado a conviver, a vegetar em úmidas e lóbregas masmorras, onde o ar é fétido e a luz se coa por buracos gradeados; dormindo sobre o frio mosaico do pavimento sem resguardo algum ou em asquerosa enxerga onde agonizaram enfermos de moléstias contagiosas ou repugnantes...

Cinco anos a recomeçar a vida, a pensar na situação angustiada de sua família e na insegurança do seu lar...

Cinco anos a ser roubado em seus livros, em seus papéis, em seus manuscritos, em seus empregos...

Cinco anos sem ter direito de pensar, de escrever, de falar, de andar, de trabalhar...

Cinco anos a ver friamente violada e apreendida a sua correspondência particular, toda ela em mãos de beleguins sem escrúpulos...

Cinco anos a lorigar as silhuetas antipáticas dos agentes do Corpo de Segurança farejando seus passos na rua, seguindo-o infatigavelmente por toda parte, ou a deparar com as caras patibulares dos guardas, através das grades dos cárceres...

Cinco anos de escárnios, de insultos, de aviltamentos nas delegacias, nos xadrezes, nos cubículos, nas geladeiras, nas

carceragens, a sofrer depoimentos intermináveis e em horas impróprias da noite; a padecer interrogatórios capciosos e deprimentes; submetido a acareações odiosas e a convivências indignas; a obedecer a periódicas identificações dactiloscópicas e fotográficas; a ter que sopitar (com que dor e com que indignação!) os ímpetos da dignidade ofendida e ter que ouvir calado, quedo, objurgatórias e insolências inauditas de autoridades arrogantes e violentas...

Cinco anos a ter sua casa vigiada com cuidados e rigores que não se têm com facínoras, falsários, muambeiros, etc., dando pábulo a estrambóticas apreensões da vizinhança...

Cinco anos sem sossego, sem calma, sem poder estabelecer-se, tido como perigoso, agitador, petroleiro, indesejável, revolucionário, mitingueiro e outros vocábulos terrificantes que a própria polícia espalha para mais comprometer e caluniar o indivíduo...

Eis, em suma, o que tem sido o meu viver e o de todos os meus companheiros de causa, nestes últimos cinco anos!..."(*)

VIII - A IMPRENSA E A EDUCAÇÃO OPERÁRIA

A imigração trouxe para o Brasil trabalhadores para a lavoura do café, operários para as primeiras indústrias e militantes que, por sua atuação no movimento operário europeu, acabaram sendo obrigados a deixar a Europa.

A nascente classe operária enfrentava, em nosso país, difíceis condições de trabalho e vida. Os militantes europeus - em sua maioria anarquistas - aqui encontraram trabalho e também terreno fértil para a propagação de suas ideias.

Em pouco tempo, os imigrantes fundaram as "ligas" ou "uniões" de trabalhadores. Essas associações reuniram trabalhadores da mesma profissão ou de profissões semelhantes e tiveram por objetivo conscientizar os operários de seus direitos e de sua força,

(*) DIAS, Everardo. *Bastilhas Modernas*. In: CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*. Editora Difel, p. 11-13.

organizando-os nas lutas pelas conquistas de seus direitos mais elementares. As "ligas" ou "uniões" formadas desde o final do século passado, marcaram a resistência dos trabalhadores à exploração capitalista que se tornava mais intensa com o desenvolvimento das atividades industriais.

O operariado que se constituía era carente de informações e de instrução. Dentre os poucos trabalhadores alfabetizados estavam os gráficos, que assumiram importante papel, contribuindo decisivamente para divulgar a cultura e organizar, através de jornais, a atuação da classe operária.

As sedes das "ligas" ou "uniões" que por ocasião das greves transformavam-se em pontos de encontro e de organização dos movimentos, normalmente constituíram centros irradiadores de cultura. As lideranças promoviam cursos de alfabetização de adultos, cursos de iniciação e aperfeiçoamento político de seus militantes, conferências e debates onde contribuíram intelectuais que se uniram aos trabalhadores na causa operária. Para os filhos dos operários, os anarquistas criaram as "escolas modernas", no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Porto Alegre (entre outros locais), formadas segundo as ideias do educador espanhol Francisco Ferrer. Ferrer implantou em sua terra o ensino racionalista totalmente desvinculado da tradição religiosa cristã. A Universidade Popular do Ensino Livre do Rio de Janeiro, fundada também pelos anarquistas, tinha por objetivo promover a educação superior e a educação social dos trabalhadores.

A criação dos cursos e escolas era complementada com a implantação de bibliotecas e salas de leitura. O incentivo às atividades culturais era intenso. Havia programações que incluíam: peças de teatro, poesias e músicas. Escritas pelos próprios componentes dos grupos que também as apresentavam, referiam-se aos acontecimentos da época, suscitavam discussão e apresentavam propostas de atuação baseadas nos ideais políticos anarquistas.

A maioria das "ligas" ou "uniões" contava com jornais que divulgavam as informações, politizavam e organizavam os trabalhadores. O movimento operário formou seus próprios jornalistas - trabalhadores gráficos e lideranças sindicais -, participantes ativos que conclamavam os companheiros à luta na defesa de seus interesses.

A imprensa operária cresceu e proliferou-se. Existiram, aproximadamente, 150 periódicos operários produzidos no Brasil. Nos grandes centros industriais - como São Paulo e Rio de Janeiro - circularam inúmeros jornais escritos total ou parcialmente em outros idiomas, destinados a atingir os diferentes grupos de imigrantes aqui estabelecidos. Era também comum a inclusão de artigos dos teóricos anarquistas europeus traduzidos para o português.

Nos períodos que antecederam as greves, a tiragem dos jornais aumentava e sua circulação intensificava-se. Os jornais cumpriam a função de ajudar a organizar o movimento, procurando obter a vitória das reivindicações e orientar os operários em sua atuação.

Os jornais operários tinham credibilidade entre os trabalhadores, contrapondo-se aos jornais da "grande imprensa", que divulgavam e defendiam as posições patronais e governamentais.

Houve também a publicação de inúmeros periódicos estrangeiros que circularam no Brasil por iniciativa dos militantes operários.

Neste período, esta imprensa realizou intenso trabalho de educação e mobilização dos trabalhadores. Os jornais operários tiveram características bastante diferenciadas: a maioria foi de curta duração, de publicação irregular e, pela oposição que faziam à ordem constituída, sofreram atentados que "empastelavam" as redações e culminavam com a prisão dos colaboradores mais ativos.

Esses periódicos eram preciosos instrumentos de discussão das informações, divulgando e contrapondo diferentes visões e ideias políticas. Socialistas, anarquistas e positivistas enfrentavam-se, através de artigos em jornais, ficando para os leitores as conclusões que enriqueciam o universo cultural do operariado. Foram grandes militantes da imprensa operária e debatedores, entre outros: Edgard Leuenroth, Antonio Piccarolo, Everardo Dias, Orestes Ristori, Neno Vasco, Gigi Damiani, Manuel Moscoso, Carlos Dias e Astrojildo Pereira. A presença deles foi frequente em inúmeras publicações. Relacionamos alguns dos mais importantes periódicos que discutiram, em suas páginas, os acontecimentos que marcaram o período: os antecedentes da 1ª Guerra Mundial, o pacifismo e o militarismo, a Revolução Russa, a situação da mulher, além do que ocorria no cotidiano brasileiro:

- *A Voz do Trabalhador, Avanti!, La Battaglia, A Lanterna* (anticlerical), *Terra Livre, A Plebe, O Grito do Povo, A Voz do*

*Povo, A Vida, A Guerra Social, A Vanguarda, O Metalúrgico, Alba
Rossa, O Trabalhador Gráfico, Germinal.*

"História do Movimento Sindical no Brasil" 1ª Edição, junho de 1991, 2ª edição, maio de 2020.

Todos os textos desta coleção podem ser reproduzidos, desde que citada a fonte.